

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. Tradução de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

Cassio Correa Benjamin

UFSJ

Uma introdução exemplar a Aristóteles. Assim podemos denominar esse pequeno livro de Francis Wolff, *Aristóteles e a Política*, sobre o pensamento político do Estagirita. Falamos de pensamento político porque o livro analisado por Wolff é a *Política*. Mas, como se trata de Aristóteles, não se pode separar o que é a política do restante de suas reflexões. Para se compreender a política, qual livro ler primeiro? A *Política* ou a *Ética a Nicômaco*? Como separar as ideias aristotélicas de “bem”, “felicidade”, “forma”, “prudência”, “*politeia*” e mesmo “cidade” das discussões sobre “causas”, “finalidade”, “potência”, “substância”, além das sistematizações referentes à lógica? Mesmo obras referentes ao âmbito do que atualmente denominaríamos biologia, como *Partes dos animais* e *Da geração dos animais*, podem ser utilizadas para o esclarecer pontos fundamentais da *Política*. Vê-se que a tarefa não é simples e o ponto crucial é a escolha do que será levado em consideração e do que será deixado de lado. Se muita coisa for incluída, dificilmente teremos uma boa introdução a um assunto específico. Se se ficar apenas no âmbito proposto, perde-se de vista o caráter sistêmico da obra aristotélica. Não há, obviamente, uma solução ideal. Cada uma terá seus aspectos positivos e negativos. No caso de Wolff, parece-nos que os pontos positivos sobressaem. Principalmente, quando se trata de uma introdução aos temas políticos do pensamento de Aristóteles - o objetivo declarado do livro é o de ser uma introdução à leitura da própria *Política*. Em vários momentos, o A. realiza as devidas

ligações com os outros campos da obra do Estagirita, tentando suprir as limitações da análise de uma obra apenas.

Quanto à própria obra em foco, a estratégia seguida é a eleição de dois momentos centrais da *Política*. São eles os Livros I e III. Do Livro I, o A. analisa os dois primeiros capítulos. Já o Livro III é visto completamente. Por que estes dois livros? O início do Livro I é analisado devido à definição do que é a cidade (*polis*), à descrição de seus objetivos e de suas partes. Aqui estão alguns dos elementos fundamentais com os quais Aristóteles operará em suas explicações. Já o Livro III é considerado por muitos como o mais importante de toda a obra. É nele que ocorre de forma detalhada uma discussão sobre temas como os regimes e a justiça.

Antes da análise destes dois livros, o A. faz uma introdução na qual apresenta as razões da singularidade do pensamento político de Aristóteles em seu tempo. Além disso, oferece um “resumo analítico” de cada livro da *Política*. O que nos interessa destacar é a discussão da “autonomia” da política. Para o A., é “a *Política* que inaugura a filosofia política, justamente no momento em que a *polis* clássica está se acabando” (17). Se a morte de Sócrates consuma o divórcio entre filosofia e política, é Platão que “fará deste divórcio a sua razão de ser, e a matéria-prima de sua reflexão” (16). Para o A., portanto, “não há filosofia política propriamente dita em Platão”(17). O que significa também dizer que Platão “é resoluto ao recusar à ideia de autonomia do político qualquer pertinência” (18).

Já a filosofia de Aristóteles, segundo o A., permite pensar a política como campo autônomo. Em que sentido exatamente isso ocorre? São duas as ideias que compõem esta tese. A primeira delas diz respeito à especificidade das coisas humanas. Segundo o Estagirita, o mundo humano (o mundo sublunar) é o local no qual as noções de acaso, temporalidade e circunstância não são marginais. A contingência tem um papel fundamental aqui. Por isso, os conceitos de prudência e experiência são tão caros ao filósofo. Aliada a esta especificidade, está a afirmação de uma certa diferenciação entre o que é relativo à ética e o que é relativo à política. A visão aristotélica da política e de sua especificidade será apresentada pelo A., como

dissemos, através do estudo dos Livros I e III. Vejamos os pontos centrais de seu argumento.

Do Livro I, o A. analisa os dois primeiros capítulos. Como ele afirma, estes dois capítulos “da *Política* de Aristóteles estabelecem os fundamentos de toda sua filosofia política” (15). A tese do primeiro capítulo pode ser expressa em três premissas. A primeira: “a cidade é uma comunidade”. A segunda: “toda comunidade é construída em vista de um certo bem”. A terceira: “de todas as comunidades, a cidade é a mais soberana e aquela que inclui todas as outras”. O desenvolvimento destas três premissas leva à seguinte conclusão: “o bem próprio visado por essa comunidade soberana é o bem soberano”. Ou, posto de outra forma, “a cidade tem por finalidade o soberano bem”. Deve ser ressaltada a utilização das quatro formas de causa para a explicação da singularidade da comunidade que é a cidade. Além disso, voltando ao ponto que consideramos central, deve também ser destacada a explicitação da posição crítica da tese aristotélica da especificidade do político em relação à tradição socrático-platônica.

No segundo capítulo do Livro I, o que se tem em vista é o estudo do movimento que vai do elemento mais simples que compõe a cidade, a saber, o lar (*oikos*), passando pelo vilarejo até chegar à cidade. O lar, ou comunidade doméstica, pode ser dividido em três relações: homem/mulher, senhor/escravo, pai/filho. A comunidade do vilarejo é um passo intermediário entre o lar e a cidade. Parece que Aristóteles o considera imprescindível por realizar duas funções não cumpridas pelo lar: a administração da justiça e a execução de cerimônias religiosas. Finalmente, temos a cidade ou comunidade política. Como afirma o A., toda a argumentação tem como objetivo mostrar que a cidade é a comunidade soberana visando ao bem soberano. E nesse nível mais elevado, o que caracteriza essa comunidade é a realização da autarquia. É a autarquia que marca o fim do processo que começa com a família. Por sua vez, é a busca da autarquia que, de certo modo, move este mesmo processo. E se a cidade, por ser autárquica, permite a vida em seu sentido mais básico, já que é auto-suficiente, ela também possibilita (e só ela) a vida feliz. Por isso, a afirmação de Aristóteles da cidade ser uma “comunidade de vida feliz”.

Duas consequências podem ser relacionadas a essas ideias, segundo o A. A primeira é a tese de que a cidade existe naturalmente - “a cidade é portanto ontologicamente natural e auto-suficiente ... é o único ser natural necessário e suficiente para a vida humana” (83). A segunda, a afirmação do homem como animal político por natureza (é extremamente esclarecedora a análise da linguagem e da importância que ela possui no pensamento aristotélico em geral e na fundamentação desta tese, em particular).

O capítulo termina com um breve comentário sobre a escravidão. Primeiramente, o A. segue os passos da argumentação de Aristóteles para a justificação da escravidão. Depois disso, há “uma série de interrogações fecundas” que é, na verdade, o que se pode tirar de mais interessante desse inevitável estranhamento diante de uma certa naturalidade dos gregos em relação a essa instituição. Após esboçar duas críticas possíveis, a partir de uma visão kantiana e de uma visão marxista, o A. apresenta três ilustrativas críticas de historiadores da filosofia. Propõe-se, portanto, uma análise “interna”, avaliando o texto “na medida das suas próprias pretensões e intenções” (100).

O último capítulo é o mais difícil. Isso se deve à complexidade de seu objeto: o Livro III. A especificidade deste Livro é a análise das formas da vida política, ao contrário da busca dos fundamentos, como no Livro I. Nas palavras de Aristóteles, busca-se “a essência e as propriedades dos diferentes regimes políticos” (103). O problema central refere-se, portanto, à natureza dos diferentes regimes, a saber, o número, a natureza e o valor dos regimes políticos.

O A. agrupa os capítulos 6, 7 e 8 em torno da questão da classificação dos regimes. Esta classificação é deduzida de dois princípios: a definição de um regime e a finalidade da vida política. Disto resultam seis formas possíveis. Regime é a tradução de “*politeia*”. O regime remete à pergunta sobre quem governa e, então, teremos o primeiro critério relativo ao número de governantes. Da finalidade da comunidade política, Aristóteles pode separar aqueles regimes que visam ao bem comum e aqueles que têm como meta apenas os interesses de quem os exerce. Cruzando os dois critérios teremos, então, seis regimes possíveis. Os três “normais” (poder exercido

para todos): realza (poder exercido por um só), aristocracia (por alguns) e *politeia* (pela massa dos cidadãos). O A. denomina *politeia* “regime constitucional”. Como ressalta o A., “no fundo, este regime se chama... regime” (110). Já os três regimes “anormais” ou corrompidos (poder exercido para o interesse do governante) seriam, respectivamente, tirania, oligarquia e democracia.

Os capítulos 1 a 5, o A. os denomina “precisões prévias”. O objetivo destes primeiros capítulos é a definição de algumas noções básicas que serão utilizadas posteriormente, como “cidadão”, “cidade” e “virtude cívica”. Há, pois, uma sequência de definições que parte do “cidadão”, passa pela “cidade”, pela “virtude cívica” e chega ao “regime”. Serão estas definições, principalmente a de “regime”, que permitirão a Aristóteles elaborar as questões dos capítulos posteriores.

“Nada mais confuso e mais incoerente, aparentemente, do que esses capítulos” (118), assim são descritos os capítulos 9 a 13. Neles, Aristóteles parece indeciso a respeito de uma das questões fundamentais do livro, a saber, qual é o regime mais justo. O Estagirita parece preferir ora a realza, ora a aristocracia, ora a *politeia*. Além disso, não deixa de fazer críticas a todas estas formas. Para o A., a tentativa de encontrar uma resposta nestes capítulos para o problema do regime justo está equivocada. Isso porque Aristóteles já teria solucionado este problema nos capítulos 6 e 7: “todo regime (e somente um regime) que visa o interesse geral é justo no sentido absoluto do termo” (121). Nesse sentido, a monarquia, a aristocracia e a *politeia* são regimes justos porque são formas de governo para todos. Uma segunda questão tratada nestes capítulos diz respeito à repartição do poder entre os cidadãos. Ela poderia ser expressa na seguinte pergunta: qual o regime no qual o poder é repartido justamente entre os cidadãos? A resposta, segundo o A., é simplesmente nenhum, pois o poder não seria um bem passível de ser dividido. A última questão analisada nestes capítulos versa sobre o regime mais capaz de tomar as melhores decisões para a cidade. Aqui a resposta aristotélica não teria ambiguidade alguma: o regime popular seria aquele capaz de tomar as melhores decisões. O ponto importante desta argumentação aristotélica é que não se trata da defesa da democracia como um regime no qual o poder estaria mais justamente distribuído, mas no qual o poder seria

mais justamente exercido em benefício de todos. O que subjaz a este argumento, como ressalta o A., é uma certa concepção orgânica da coletividade que fundamenta a ideia de que “a massa, tomada como um corpo, é superior aos indivíduos, mesmo os melhores” (135).

Em um breve e esclarecedor excerto, o A. nos mostra como a palavra democracia já nasce com uma ambigüidade de sentido. Provavelmente, conhecida primeiramente como *isonomia*, ela se opunha à ideia de poder de alguns ou de algum e expressava a noção de igualdade de todos. Poder de todos é o poder do *demos*, do povo ou do “populacho” sobre a elite. Portanto, democracia significa “quer a coletividade dos membros de uma sociedade, quer a classe dos desfavorecidos” (132). Aristóteles, por sua vez, emprega esse termo nos dois sentidos. Quando oposta à *politeia*, democracia quer denominar um regime corrompido, no qual “uma maioria de pessoas livres mas pobres são os donos do poder” (132). Segue-se a isto uma crítica a um possível desvio individualista que tal forma pode tomar. Entretanto, em relação à própria ideia de governo de todos os homens livres, a apreciação de Aristóteles é positiva. Entre várias vantagens, o Estagirita destaca aquela de “permitir a alternância real dos cargos entre cidadãos” (134). É esse traço que aproximaria a democracia da essência do que vem a ser a vida política. Como todos não podem governar e ser governados ao mesmo tempo, a alternância passa a ser a melhor regra. Tudo isto culmina, como já foi dito, em uma defesa do poder da maioria baseada em uma concepção orgânica da totalidade da cidade, desenvolvida no capítulo 11.

Concluindo sua apresentação, o A. nos chama a atenção para uma característica do que seria o método aristotélico. Todo o problema do valor (valor da cidade, dos regimes, etc) para Aristóteles, é solucionado através de uma investigação sobre a essência mesma da coisa em questão. E perguntar pela essência significa, aqui, perguntar pela finalidade. Esse é o ponto que deve ser destacado e sempre lembrado quando se vai a Aristóteles. Como afirma o A., “a finalidade é pois o verdadeiro motor do livro” (149). Na cosmologia aristotélica, a ideia de que tudo tem um fim é a chave para a compreensão de todos os fenômenos, humanos e físicos. Em relação à política,

que é o tema do livro, é também a noção de fins que deve direcionar a leitura de Aristóteles.

Por tudo isso, vale o esforço a leitura deste livro de Francis Wolff, seguindo à risca a sua intenção, qual seja, “preparar ou acompanhar a leitura da *Política* de Aristóteles” (6). Por tudo isso também, seria muito proveitosa uma reedição desse livro exemplar pela Discurso Editorial. A última edição foi em 1999. Fica a sugestão.

Doutor em Ciência Política pela UFMG
Professor da UFSJ
E-mail: cbenj@yahoo.com